



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

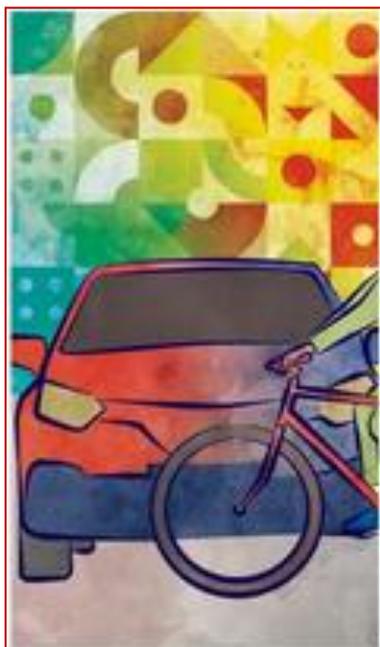
SUMÁRIO

- ✓ [A RUA É SÓ PARA QUEM PAGA IPVA? – O Popular](#)
- ✓ [PROCURADORA RECEBE APOIO EM BUSCA POR VAGA NO STJ – O Popular](#)
- ✓ [LAVA JATO PERMITIU USO IRREGULAR DE PROVAS DIZ CNJ – O Popular](#)
- ✓ [ECONOMIA OSCILA ENTRE O MEDÍOCRE E O ARRISCADO – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [PEDÁGIO POLÍTICO SOBRE AJUSTE DE HADDAD FICOU CARO DE MAIS – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [O ESTADO E OS PROBLEMAS SOCIAIS – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [MUSK VERSUS MORAES: O CERTO E O ESTRATÉGICO - Folha de São Paulo](#)
- ✓ [STF SE VÊ SOB ATAQUE, E MINISTROS RECORREM A LULA POR APOIO – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [CNJ REVOGA AFASTAMENTO DE GABRIELA HARDT E DE ATUAL JUIZ DA LAVA JATO – Folha de São Paulo](#)
- ✓ [CNJ E MJSP FIRMAM ACORDO PARA COMBATER BRUTALIDADE DENTRO DOS PRESÍDIOS – O Hoje](#)
- ✓ [EM OPOSIÇÃO AO STF, SENADO APROVA PEC DAS DROGAS – Correio Braziliense](#)
- ✓ [GOVERNO DEVE RESERVAR R\\$ 8 BILHÕES PARA REAJUSTES DOS SERVIDORES EM 2025 – Correio Braziliense](#)
- ✓ [BRASÍLIA 64 ANOS, SONHANDO COM O CENTENÁRIO EM 2060 – Correio Braziliense](#)
- ✓ [DEMISSÃO DE PRIMO DE LIRA FAZ CRESCER ATRITO COM O GOVERNO – Valor Econômico](#)
- ✓ [CARF IMPEDE APLICAÇÃO DE DUAS MULTAS POR FALTA DE PAGAMENTO DE IRPJ E CSLL – Valor Econômico](#)
- ✓ [UNIÃO QUER RECUPERAR R\\$ 12 BI COM TRANSAÇÕES – Valor Econômico](#)
- ✓ [DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- ✓ [O DIREITO CONTRATUAL NA REVISÃO DO CÓDIGO CIVIL – Valor Econômico](#)
- ✓ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 17.04.2024 – PÁG. 3

A rua é só para quem paga IPVA?

José Antônio Tietzmann e Silva



O lamentável atropelamento de dois ciclistas no domingo, 24 de março, não representa apenas uma tragédia para as vítimas, seus familiares e amigos - em especial do Eduardo Mireski, a quem conheço de vários pedais e que se encontra, ainda hoje, em estado grave, entubado e sedado em UTI - mas é também a expressão do total descaso para com a figura do ciclista em nossa sociedade.

Por certo, na condição de ciclista que realiza deslocamentos urbanos e que também tem na bicicleta uma prática desportiva, já passei por situações que beiraram tragédia semelhante, como também já tive a infelicidade de ouvir, mais de uma vez, que “a rua é só pra quem paga IPVA”, numa clara crítica ao fato de os ciclistas trafegarmos pelas vias públicas, seja na cidade, seja fora delas.

Se é certo que há riscos em se pedalar pelas ruas, avenidas e rodovias brasileiras, criticar o ciclista que pedala pelas ruas ou que treina usando o acostamento de rodovias, é ignorar por completo o fato de que, legalmente, não há qualquer vedação a que o ciclista circule pelas ruas, avenidas ou rodovias do País.

O Código de Trânsito Brasileiro, aliás, classifica a bicicleta como veículo de passageiro (art. 96, II, “a”, I), do qual todo condutor de veículo motorizado deve guardar a distância lateral mínima de 1,5 m (art. 201) e que tem o pleno direito de circular nos acostamentos das rodovias, com preferência sobre os veículos automotores (art. 58). Na mesma linha, o Plano Diretor goianiense não apenas incentiva o uso da bicicleta, como determina a prioridade ao pedestre e aos demais modos de transporte não motorizados (art. 21, VII).

Pois bem, mesmo diante desses elementos - que resguardam integralmente o ciclista em sua liberdade plena de ir e vir - a percepção de pedestres e ciclistas quanto à insegurança no trânsito ainda é grande. Com efeito, estudo do Ipea indica que 40% dos pedestres e ciclistas goianos têm a percepção de que não há qualquer respeito por eles no trânsito, o que se confirma nos números: segundo o mesmo Ipea, entre 2010 e 2019, foram 104.553 ciclistas vítimas de acidentes de trânsito atendidas pelo SUS, sendo que 13.785 deles faleceram. Ora, 3% do total dos deslocamentos realizados cotidianamente no País são feitos em bicicletas.

É preciso, pois, que se reflita em todos os níveis e sob todas as perspectivas possíveis, sobre o papel da bicicleta enquanto meio de transporte, instrumento de trabalho e equipamento de lazer e esporte, sobretudo pelo fato de que sobre cada bicicleta em circulação está um ciclista, cuja vida tem valor inestimável.

JORNAL – O POPULAR – 17.04.2024 – PÁG. 4

Procuradora recebe apoio em busca por vaga no STJ

Deputados estaduais aprovaram requerimento de respaldo a Ivana Farina, que busca indicação para ser ministra do Superior Tribunal de Justiça

Rubens Salomão

Deputados estaduais elaboraram, assinaram e aprovaram, durante a sessão ordinária desta terça-feira (16), um requerimento com moção de apoio à procuradora do Ministério Público Estadual (MP-GO), Ivana Farina Navarrete Pena, que busca indicação à vaga de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A procuradora atendeu ao convite da Procuradoria da Mulher da Alego e recebeu as manifestações no plenário da Casa.

Ivana foi indicada, por unanimidade, pelo Conselho Superior do Ministério Público de Goiás para concorrer à composição da lista para provimento de vaga destinada ao Ministério Público no STJ. Além dela, a lista de indicação tem o nome do procurador Benedito Torres Neto e é organizada pelo critério de antiguidade na carreira. Ivana ingressou no MP-GO em 1989 e Benedito, em 1990.



Os ministros do STJ votarão para formar lista tríplice a partir dos 41 indicados pelos estados. Os três nomes finais serão encaminhados à escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vai decidir quem ocupará a vaga da goiana Laurita Vaz. O líder do governo, Talles Barreto (UB), leu o requerimento de moção de apoio a Ivana. “Entendemos que a ilustre procuradora de Justiça é pessoa revestida de indubitável idoneidade moral e ética, além de ser imbuída da mais alta competência para ocupar o cargo”, coloca um trecho do documento assinado pelos 41 parlamentares.

“Nós queremos que a vaga continue com Goiás e hoje o nome da doutora Ivana Farina é um dos melhores. Eu não tenho dúvida que nós chegaremos nos três nomes para a escolha do presidente Lula e, neste sentido, nós estaremos articulando com os ministros e com todas as forças políticas no sentido de que o presidente Lula ter a nossa ministra no STJ”, afirma a deputada Bia de Lima (PT), que é a procuradora especial da Mulher da Casa e responsável pelo convite para a presença de Ivana.

JORNAL – O POPULAR – 17.04.2024 – PÁG. 7

Lava Jato permitiu uso irregular de provas diz CNJ

O relatório de inspeção da Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre a 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela Lava Jato, diz que os EUA obtiveram irregularmente provas contra a Petrobras sem objeção de procuradores da força-tarefa da operação.



Segundo o relatório, cujas informações foram obtidas pela Folha, essas provas subsidiaram o governo americano na construção de um caso criminal contra a companhia brasileira.

O relatório afirma que "exigências legais foram flexibilizadas" para que os depoimentos prestados por colaboradores fossem conduzidos "da maneira mais adequada aos interesses das autoridades americanas, apesar de formalmente presididas por procuradores brasileiros". Alguns dos exemplos dessas

exigências que não foram cumpridas são a ausência de produção de termos de depoimento ou de registros do teor da entrevista, em razão da solicitação das autoridades americanas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.04.2024– PÁG. A2

Economia oscila entre o medíocre e o arriscado

Relaxamento de meta fiscal confirma recusa de Lula em rever gastos, o que limita expansão do PIB e torna país vulnerável

O afrouxamento precoce das metas para os resultados das contas do Tesouro Nacional não surpreendeu ninguém. Na verdade, nem mesmo se acredita que as novas metas serão cumpridas.

Nesse sentido, tampouco há alteração imediata e substantiva das expectativas para o desempenho econômico do país —que, conforme o ponto de vista, oscilam entre o estável, o medíocre e o arriscado.

Pela leitura mais favorável, o Brasil parece a salvo de desastres no horizonte visível. Espera-se um crescimento do PIB em torno dos 2% neste ano e nos próximos; o desemprego caiu a níveis relativamente baixos; a inflação está sob controle; há superávit comercial e abundantes reservas em dólar.

Tal cenário contempla um lentíssimo e duvidoso processo de ajuste do Orçamento. O equilíbrio entre receitas e despesas, que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete para este ano e, agora, para o próximo (em vez de superávit), só deve ser alcançado, pelas projeções independentes, em 2028. Já a dívida pública escalaria dos atuais e já alarmantes 75,5% do PIB para 86,5% em 2031. Só aí, conforme as estimativas mais consensuais hoje, começaria a cair.

Tomar essa perspectiva como aceitável implica, em boa medida, conformar-se com a mediocridade. Se nada for feito, os gastos elevados e o endividamento do setor público continuarão impondo uma espécie de piso para os juros do Banco Central, hoje calculado entre 9% e 10% ao ano. Esse piso, por sua vez, impõe um teto para o crescimento econômico, que tende a seguir aquém do necessário para a superação da pobreza e da miséria.



Ademais, a calma pode ser menos confortável do que aparenta, mesmo no curto prazo. Em março, o Datafolha mostrou que se ampliou a diferença entre os que consideram que a economia piorou (41%) e os que veem melhora (28%). Coincidência ou não, estreitou-se a distância entre a reprovação de Lula (33%) e a aprovação (35%).

A opção petista por mais gasto e déficit público ainda torna o país mais suscetível aos riscos da volatilidade dos humores domésticos e internacionais. É o que se vê agora com a alta do dólar decorrente da expectativa de juros elevados por mais tempo dos EUA, o que dificulta a queda da inflação e dos juros do Banco Central aqui.

Estão longe de afastados os temores de intervenção do Planalto na gestão do BC, que terá novo comando até o início de 2025, e da Petrobras —tudo isso significaria desordem certa na economia. São perigos a que o país está submetido em razão da recusa em rever a expansão insustentável de despesas, por conveniências políticas ou obsessões ideológicas.

Pedágio político sobre ajuste de Haddad ficou caro demais

Programa baseado em receitas e cobiça no governo e no Congresso ajudam a explicar mudança de meta

Bruno Boghossian



Na semana passada, o governo e a Câmara negociaram uma gambiarra para liberar um espaço de R\$ 15,7 bilhões no Orçamento. Parte do dinheiro saiu da votação fatiada. Uma parcela engordaria as emendas parlamentares, outra seria usada para desbloquear a verba de ministérios, e um naco era reivindicado para aumentar salários de servidores.

As metas de Fernando Haddad para ajustar as contas do governo sobreviveram enquanto o ministro conseguiu sustentar um arranjo caro. Era preciso equilibrar o veto de Lula a um corte amplo de despesas, controlar o apetite de ministros por mais gastos e pagar pedágios constantes à base que ajudava a manter de pé o plano no Congresso.

O custo político desse acerto se tornou alto demais nos últimos meses. A insistência num modelo de ajuste baseado no aumento de receitas, alguns erros de cálculo de Haddad e a cobiça permanente de integrantes do governo e do centrão ajudam a explicar a decisão do ministro de rever a trajetória fiscal, adiando o aperto das contas do governo.

Lula nunca autorizou um ajuste à base de tesouradas. Até aí, o ranger de dentes em quase todos os cantos do mercado financeiro era previsível. Mesmo assim, Haddad se pendurou numa meta considerada ousada para segurar as contas, a partir de um quebra-cabeças de medidas que lhe dariam algum conforto pelo lado da arrecadação.

Cada centavo que pingava no cofre do ministro ressoava no restante da Esplanada e nos gabinetes parlamentares. O som passou a ecoar mais alto no início de um ano com eleições municipais, ameaças de greve no governo federal, popularidade presidencial aos soluços e um Congresso disposto a cobrar sua fatura.

Haddad decidiu afrouxar a meta por puro realismo, é verdade, mas também porque essa seria a única maneira de manter controle sobre o que entra e o que sai daquele cofre. Para azar do ministro, seus colegas no governo e no Congresso já conseguem ouvir o tilintar que os novos números podem proporcionar.

O Estado e os problemas sociais

'Soluções' propostas por nossos amigos da esquerda são impossíveis

Deirdre Nansen McCloskey

Percebi que as "soluções" para o problema social da pobreza propostas por nossos amigos que estão à esquerda do centro —de igualdade de resultados ou de igualdade de oportunidades— são ambas impossíveis. A igualdade de permissão, pelo contrário, pode ser alcançada amanhã.

Mas a esquerda, nos últimos dois séculos, continuou vendo novos problemas sociais, grandes e pequenos, que, segundo ela, o mercado não consegue resolver. Favelas. Educação ruim. Monopólio. Assim como suas soluções impossíveis para a desigualdade, muitas de suas ideias são não soluções para não problemas.



E mesmo para um problema real, os amigos da esquerda supõem, sem pensar muito, que o Estado pode fazer melhor. Quando pensam que a inovação está demasiadamente lenta, por exemplo, recorrem imediatamente à "política industrial". Quando pensam que o ciclo econômico é um problema, criam um banco central.

Seria ótimo se qualquer resultado social de que não gostássemos pudesse ser resolvido pela elaboração de uma nova lei e a designação de burocratas. Mas apenas alguns dos problemas reais que enfrentamos têm uma solução tão simples e real. Se o Canadá invadir os Estados Unidos, ou se o Paraguai invadir o Brasil, claro, mande um exército. Problema resolvido.

Prisioneiros de guerra e famílias paraguaias no acampamento de San Fernando, no "Álbum da Guerra do Paraguai" - Acervo Biblioteca Nacional del Paraguay

No entanto, nossos amigos da esquerda, e muitos dos nossos amigos da direita, também acreditam que todo "problema social" requer intervenção estatal. É por isso que os Estados modernos continuam crescendo. As pessoas passaram a acreditar que, se algo que consideram ruim acontece, alguém deve ser o culpado, e a solução óbvia é fazer com que o Papai-Estado contenha as pessoas más.

Problema resolvido. Comida suja? Crie um departamento estatal para inspecionar os alimentos. Fácil. Ainda não. A intervenção estatal muitas vezes não funciona bem, agravando o problema. O controle dos aluguéis, por exemplo, e o salário mínimo prejudicam os pobres que deveriam ajudar. As "externalidades" estão por toda parte na sociedade humana e, portanto, não oferecem um simples sinal de que a intervenção estatal seja uma boa ideia. Com frequência a pressão do mercado é a solução.

Se déssemos aos moradores das favelas direitos de propriedade sobre os terrenos que ocupam, as favelas desapareceriam. Quando o óleo de baleia usado para iluminação ficou caro, o óleo extraído do solo tornou-se querosene. Quando o esterco de cavalo começou a obstruir as cidades, os novos automóveis por acaso resolveram o problema.

Seja adulto. Não corra para o Papai-Estado todas as vezes.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.04.2024 – PÁG. A3

Musk versus Moraes: o certo e o estratégico

Apoiar investigação contra o ministro deveria ser unanimidade na imprensa

Luciano de Castro



Elon Musk acusou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de fazer exigências ilegais ao X, o antigo Twitter. Diante da acusação, formadores de opinião têm de escolher de que lado ficar e quem defender. Muitos estão apostando na defesa de Moraes, mas esta parece ser uma posição moral e estrategicamente equivocada, como argumento a seguir.

Partamos da premissa de que há fortes indícios de "excessos" por parte do ministro. Apenas para citar um exemplo, a Constituição veda "toda e qualquer censura" (art. 220, §2), mas Moraes mandou suspender dezenas de perfis em redes sociais, como esta Folha noticiou. Há vários outros sinais de "excessos", cuja existência ninguém razoável nega. Partindo dessa observação, as acusações são, no mínimo, bastante plausíveis. Admitir essa plausibilidade é suficiente para o nosso argumento.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal - Evaristo Sá/AFP - AFP

Se houve excessos autoritários, estes devem ser corrigidos. Para que se mantenha saudável, uma democracia precisa coibir autoritarismos ilegais. Apenas sociedades em estado de degeneração são incapazes de corrigir os excessos de quem exerce uma função pública.



CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A incapacidade de correção se manifesta quando as instituições se identificam com os seres imperfeitos que as constituem e se tornam instrumentos a serviço de suas paixões. Não é para servir a qualquer paixão que se ergue uma instituição pública, ainda mais uma Suprema Corte. A pujança de uma democracia depende fundamentalmente da submissão ao império da lei, que a todos governa, sem exceção.

Em suma: houve excessos? Há que corrigi-los. Ponto. A única postura defensável diante das denúncias é cobrar que se as investigue seriamente, punindo-as exemplarmente se comprovadas. Para exigir essa apuração é absolutamente irrelevante quem fez a denúncia. Por acaso deixamos de investigar o mandante de um crime porque foi o sórdido assassino quem o denunciou? Desqualificar as acusações de Musk porque ele seria mimado, bilionário ou estrangeiro não é razoável. Se há denúncias plausíveis, a única postura moralmente defensável é cobrar uma apuração séria.

No entanto, argumentos baseados na ética e na moral parecem não ter mais qualquer relevância num país em que apenas o fla-flu político importa. Felizmente, podemos concluir que o mesmo posicionamento é o melhor para o interesse pessoal de formadores de opinião.

De fato, se nada acontecer, o jornalista que cobrar investigação não terá prejudicado em nada o status quo, mas terá ganho credibilidade e respeito perante a opinião pública. Poderá apresentar-se como independente e confiável, o que é uma significativa vantagem para um intelectual público.

Por outro lado, se o desenrolar dos fatos levar à queda do ministro, aqueles que tiverem defendido a investigação aparecerão como líderes de uma elite esclarecida e despontarão como defensores de instituições sólidas, fundamentos de uma nação próspera. Em outras palavras, defender uma apuração séria das denúncias não é apenas a única postura moralmente correta, mas também é o que pesquisadores de teoria de jogos chamam de estratégia dominante: é a melhor opção em qualquer caso.

Diante de conclusão tão forte, cabe perguntar: o que poderia levar um jornalista a se opor a tal diligência? Talvez me falte imaginação, mas só consigo pensar em duas razões: recompensas diretas ou o medo de represálias futuras. Qualquer uma dessas hipóteses favorece a narrativa bolsonarista. Na primeira, são os meios de comunicação servindo a outros interesses que não a verdade. Na segunda, é a confissão de que não existe mais democracia, uma vez que tais represálias só acontecem num regime de exceção. A quem interessa sinalizar qualquer das alternativas? A ninguém. E é por isso que o apoio a uma investigação séria deveria se tornar unanimidade na mídia.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.04.2024 – PÁG. A4

STF se vê sob ataque, e ministros recorrem a Lula por apoio

Caso Elon Musk inflamou Congresso, e ala da corte se preocupa com mudança de tom de Lira sobre o tribunal

Catia Seabra

O aumento do clima de insatisfação no Congresso com a atuação do Supremo Tribunal Federal foi um dos principais assuntos de um jantar entre o presidente Lula (PT) e quatro ministros da corte na noite desta

segunda-feira (15) em Brasília. Segundo relatos colhidos pela Folha, o tom da conversa foi de preocupação com o avanço das reclamações e principalmente com a constatação de falta de ação por parte de políticos mais alinhados para blindagem do tribunal.

A percepção de que o clima vem se deteriorando em relação ao STF se acentuou após as acusações por parte de Elon Musk contra Moraes sobre censura, ao criticar ordens de bloqueio de contas na rede social X. O jantar ocorreu na casa de Gilmar Mendes, em Brasília. Além deles, estavam presentes os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes, o principal alvo de críticas no Congresso. Lula foi acompanhado dos ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).



No fim de 2023, quando a pauta anti-STF ameaçava avançar no Senado, Arthur Lira (PP-AL) vinha garantindo nos bastidores que não permitira que esses temas andassem na Câmara. A situação agora mudou. Lira passou a articular formas de limitar os poderes da corte. No jantar, os ministros pediram ao presidente da República maior empenho do governo em defesa da democracia e do próprio Supremo, explicitando a visão de que a corte está sob ataque.

Segundo um dos participantes, a avaliação foi a de que o STF vem assumindo um protagonismo contra iniciativas antidemocráticas e, por isso, é alvejado pela direita. Um dos diagnósticos foi a falta de um coro governista em defesa de propostas encampadas pelos ministros, como a questão da regulação das redes. Entre integrantes do centrão, há uma lista de episódios que provocaram aumento de insatisfação com o Supremo: buscas e apreensões autorizadas contra parlamentares, manutenção de sigilo em diversos casos relatados por Alexandre de Moraes e a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), segundo dizem esses deputados, sem existência de um flagrante.

Os participantes do jantar também listaram medidas do Congresso que acabam por exigir uma resposta do Judiciário e elevam a tensão entre os Poderes. Entre os exemplos citados, estão o marco temporal das terras indígenas, o projeto que acaba com as saídas temporárias de presos e a proposta para criminalização do porte de drogas —este na contramão da tendência de descriminalização da maconha para uso pessoal em avaliação pelo STF.

Menos de 24 horas depois desse jantar, o Senado aprovou nesta terça-feira (16) em primeiro e em segundo turnos a proposta que coloca na Constituição a criminalização de porte e posse de drogas, em reação ao julgamento do STF. Lula teria concordado, no jantar, com a necessidade de maior ajuda da base governista. Mas essa conversa não tinha como objetivo a adoção de medidas práticas. Segundo pessoas ouvidas pela reportagem, outros encontros semelhantes deverão ocorrer nas próximas semanas, para novas avaliações de cenário.

O presidente do tribunal, Luís Roberto Barroso, não participou do jantar. Como mostrou a Folha, Barroso se indisputou com Gilmar e Moraes em julgamentos nos últimos meses, colocando em risco seu poder de

articulação no tribunal na posição de chefe da corte. O presidente do STF disse na segunda-feira que considera "assunto encerrado" a questão envolvendo o empresário Elon Musk.

O jantar aconteceu sob as ameaças de Lira de que esta semana pegaria fogo. O avanço do julgamento do foro especial no STF e a atuação de aliados do governo Lula para manter a prisão de Chiquinho Brazão ampliaram os atritos entre Câmara, Planalto e a corte. Irritado, Lira chamou de incompetente o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), a quem se referiu como um desafeto. O governo teme retaliações.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defende a limitação de decisões individuais da corte. Reconhecendo a delicadeza da situação, aliados do presidente admitem que hoje o governo tem menor capacidade de influência no Congresso. Na avaliação de uma participante do jantar, o governo tem aprovado suas propostas "a duras penas". Sob reserva, aliados do presidente também ponderam que decisões dos ministros conferiram protagonismo ao tribunal, o que provocou a reação no Congresso.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 17.04.2024 – PÁG. A6

CNJ revoga afastamento de Gabriela Hardt e de atual juiz da Lava Jato

Conselho manteve, porém, fora dos cargos dois juízes do Tribunal Regional Federal

José Marques / Catarina Scortecchi



Com votação apertada, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revogou nesta terça-feira (16) o afastamento da juíza Gabriela Hardt, que foi a substituta de Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, e do atual titular da vara da Lava Jato, Danilo Pereira Júnior. Eles e outros dois juízes que atuaram em processos relacionados à Operação Lava Jato haviam sido afastados nesta segunda-feira (15) pelo corregedor do órgão, o ministro Luís Felipe Salomão.

Foram mantidos, porém, os afastamentos dos juízes federais do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) Carlos Thompson Flores e Loraci Flores de Lima. Quem abriu a divergência sobre o voto Salomão foi o ministro Luís Roberto Barroso, que se manifestou por revogar o afastamento dos quatro magistrados. A sessão foi marcada pela divergência de posição entre os dois. Apesar de votar contra o afastamento, Barroso pediu vista (mais tempo para análise) sobre a possibilidade de abertura desse processo contra os magistrados.

Barroso justificou que não é possível avaliar toda a documentação da Corregedoria que fundamentou o caso, que foi juntada ao processo nesta segunda-feira (15). São 15 conselheiros no CNJ. A votação foi de 8 a 7 a favor da revogação do afastamento de Hardt e de Danilo; já em relação aos dois integrantes do TRF-4 foram 9 votos a 6 pela manutenção da medida. Ao se manifestar contra o afastamento, Barroso, que é o presidente



CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

do STF (Supremo Tribunal Federal) e também do CNJ, fez uma série de críticas à determinação do corregedor.

Segundo ele, "nada justifica que essa decisão tenha sido tomada monocraticamente" na última segunda. Ele disse que não havia faltas graves ou absoluta inaptidão para o cargo, nem contemporaneidade nos fatos apurados ou urgência, para que houvesse o afastamento. Para Barroso, grave foi o afastamento dos magistrados. Ele leu notas das associações de juízes que criticavam a decisão da Corregedoria. "Considero que foi ilegítima, arbitrária e desnecessária o afastamento dos juízes por decisão monocrática, sem deliberação da maioria [do CNJ], e sem nenhuma urgência que não pudesse aguardar 24 horas para ser submetida a esse plenário. Entendo que tal decisão contrariou frontalmente decisão do STF", afirmou Barroso.

Antes dele, Luís Felipe Salomão votou pela manutenção e pela abertura de procedimento disciplinar para apurar a conduta deles. Salomão reiterou os argumentos que apresentou nas decisões individuais de afastamento e que foram levadas para avaliação do plenário do conselho. O corregedor disse que chegou às conclusões após seis meses de inspeção da Corregedoria sobre os trabalhos dos magistrados. O corregedor afastou nesta segunda Hardt, os juízes federais do TRF-4 Carlos Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, além de federal Danilo Pereira Júnior.

Ao votar pelo afastamento, ele disse que via gravidade nos atos dos magistrados e que, no caso de Hardt, sua manutenção fragiliza a credibilidade do Judiciário. Hardt foi responsável por validar acordo entre o Ministério Público Federal e a Petrobras que geraria fundo da Lava Jato, suspenso pelo STF. Ao decidir pelo afastamento, Salomão apontou suspeita de que juízes e integrantes da força-tarefa da Lava Jato atuaram para que valores oriundos das leniências e delações premiadas retornassem para a Petrobras e fossem usados para bancar esse fundo.

Em seu voto, o ministro disse considera esse acordo um desvio de dinheiro público para atender a interesses privados. "Me soa temerário a homologação de um acordo nessas circunstâncias. Algum de nós homologaria um acordo desse jeito? R\$ 5 bilhões, no total", disse Salomão. Segundo ele, "já se combinava com o americano de aplicar a multa [à Petrobras] lá fora para o dinheiro voltar para a criação da tal fundação".

Como mostrou a Folha, relatório de inspeção do CNJ apontou que os EUA obtiveram irregularmente provas contra a Petrobras sem objeção de procuradores da força-tarefa da operação. À época do anúncio da criação do fundo da Petrobras, foi divulgado que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos concordou em abater até 80% da multa aplicada à Petrobras se o dinheiro fosse usado para recompor danos à sociedade brasileira. O corregedor do CNJ afirma que para que isso acontecesse houve uma negociação paralela com as autoridades dos EUA, e chamou o envio desses valores de "cash back".

Já em relação ao afastamento dos outros três magistrados, Salomão afirmou que houve um descumprimento "frontal, consciente e voluntário" de decisão do ministro do STF Dias Toffoli quando decidiram pela suspeição do juiz federal Eduardo Appio, que foi responsável no ano passado pela vara da Lava Jato em Curitiba. Na ocasião, Pereira Júnior estava atuando no TRF-4 como juiz convocado. Para Salomão, o "descumprimento deliberado de ordem judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal atua contra a institucionalidade do país" e houve "indícios de cometimento de conduta frontalmente incompatível com a dignidade das funções de magistrado". Barroso, que votou após Salomão, disse que a validação do acordo da



CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Lava Jato por Hardt foi feita em 2019, e que já se passaram cinco anos, por isso não havia urgência para o afastamento.

Também disse que a homologação de um ato judicial simples, de um acordo com a Petrobras e órgão público, não podia levar a magistrada ao afastamento. "Essa moça não tinha absolutamente nenhuma mácula sobre a carreira dela para ser sumariamente afastada", disse Barroso. O presidente do Supremo também disse que o afastamento de Appio pelos juízes do TRF-4 não foi um descumprimento da decisão de Dias Toffoli, porque a determinação, na visão dele, não abrangia os processos que foram julgados.

Antes do voto do corregedor, o subprocurador-geral da República José Adônis Callou de Araújo Sá se manifestou contra o afastamento. Adônis disse que não discorda, porém, sobre a possibilidade de instalação de um procedimento disciplinar que aprofunde a apuração sobre a conduta dos magistrados. "O juiz não pode ter medo de aplicar a lei com base na sua avaliação dos fatos. Tenho muito receio de afastamentos como os que são propostos nesta oportunidade", disse Adônis, ao se manifestar em nome do Ministério Público Federal sobre a decisão de Salomão.

Adônis afirmou que acordos de leniência também destinaram dinheiro a outras estatais, como Eletrobras e Caixa Econômica Federal, que assim como a Petrobras eram consideradas vítimas de atos de corrupção. Segundo o subprocurador, não houve questionamentos sobre esses repasses à época nem pela CGU (Controladoria-Geral da República) e nem pela AGU (Advocacia-Geral da União). "Considero uma ideia infeliz dos colegas criar essa fundação", disse Adônis. "[Mas] Não por conta da finalidade de aplicar, através da fundação, esses recursos em finalidades educativas de combate à corrupção. Mas é uma ideia ruim em função dos compromissos públicos que seriam assumidos."

O subprocurador Adônis disse que magistrados experientes como os três não deveriam ser afastados devido a uma única decisão. Segundo ele, juízes devem dar a investigados "a mais ampla defesa", e magistrados que são alvos de apurações "têm o mesmo direito". Durante a sessão desta terça no plenário do CNJ, o advogado de Hardt, Nefi Cordeiro, fez uma defesa da juíza e enfatizou que ela "apenas recebeu pedido de prioridade" em relação ao tema da fundação e do acordo entre Petrobras e autoridades americanas, mas que "jamais houve combinação prévia" sobre o que seria decidido.

Nesta segunda, a Apajufe (Associação Paranaense dos Juízes Federais) também criticou em nota pública o afastamento de Hardt e de outros juízes que atuaram em processos da Lava Jato. A entidade disse que recebeu a decisão da corregedoria com "indignação e preocupação" e que são "incompreensíveis decisões que atinjam com tal ferocidade o exercício legítimo da jurisdição de magistrados reconhecidos e respeitados por seus pares".

JORNAL – O HOJE –17.04.2024 – PÁG. 10

CNJ e MJSP firmam acordo para combater brutalidade dentro dos presídios

Manol L. Bezerra Rocha

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinaram a Portaria Conjunta MJSP/CNJ n. 8/2024, para criação do Comitê de Enfrentamento ao Estado de Coisas

Inconstitucional do Sistema Prisional brasileiro. O comitê trabalhará como instância de coordenação administrativa para a adoção das medidas que irão integrar o Pena Justa, o Plano Nacional determinado pela ADPF 347 e os planos estaduais e distrital também nela previstos. “Temos o compromisso de aprimorar essa situação, em parte pelo dever de respeitar os direitos humanos daquelas pessoas que foram condenadas à privação da liberdade, e não a viver de forma precária ou sofrer violências de todo o tipo”, discursou o ministro Barroso, na solenidade de assinatura da portaria conjunta.



“É muito importante investir energia no sistema prisional para diminuir o grau de reincidência, para que as pessoas possam se ressocializar e para que o sistema prisional não seja o escritório do crime e de preparação para futuros criminosos”, completou. Conforme os fundamentos que orientaram a decisão do STF, há, no sistema prisional brasileiro, situação de violação em massa de direitos fundamentais dos presos, a exemplo dos direitos à integridade física, alimentação, higiene, saúde, estudo e trabalho. Esse cenário, de acordo com o julgamento do Supremo, está em choque com normas previstas na Constituição Federal, nos tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil é parte e nas demais leis aplicáveis ao tema, inclusive a Lei de Execução Penal.

Cadastro para adoção

Foi aprovado o Projeto de Lei (PL) que dá prioridade aos cadastros de interessados na adoção compartilhada de grupo de irmãos pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Pela proposta, os irmãos podem ser adotados por famílias diferentes, mas elas são obrigadas a manter o contato entre os adotados. O PL 362/2022 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990), que, no processo adotivo, dá prioridade nos cadastros estaduais e nacionais de adoção aos interessados em adotar criança ou adolescente com deficiência.

Reparação por agressão

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 606/24 que obriga plataformas de entregas por aplicativo a fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores vítimas de agressões pelos clientes. Pela proposta, essas empresas deverão arcar com todos os custos nos casos de violência contra entregadores no exercício da profissão ou em decorrência dela. A assistência deverá ser acessível e prestada desde a ocorrência até a conclusão do caso. As plataformas de entrega por aplicativo deverão adotar medidas preventivas para garantir a segurança dos entregadores.

Conselheiro do CNJ propõe retirada de exigência que viola a transparência

O conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público Rodrigo Badaró apresentou proposta de resolução para excluir a exigência de prévia identificação do interessado para acesso a informações individuais e nominais sobre a remuneração de membros e servidores do Ministério Público.

STF reafirma entendimento sobre provas obtidas após invasão ilegal de domicílio



A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou recurso do Ministério Público Federal (MPF) e manteve decisão do ministro André Mendonça, que absolveu um homem condenado por tráfico de drogas com base em provas obtidas de forma ilegal (ingresso domiciliar sem mandado judicial).

A decisão se deu na sessão virtual finalizada em 12/4, no julgamento de agravo regimental no Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 235290. De acordo com os autos, policiais militares foram acionados para atender a uma ocorrência de capotamento de veículo na rodovia que liga Monte Alto (SP) a Jaboticabal (SP) e, ao chegarem ao local do acidente, o automóvel estava abandonado, sem a presença de condutor ou vítimas. Ao revistarem o carro, os policiais localizaram as chaves de um apartamento com endereço e um aparelho celular desbloqueado. Eles então acessaram o aparelho com o intuito de localizar o proprietário do veículo, mas encontraram fotos de drogas, armas e dinheiro. Diante disso, se deslocaram até o endereço, sem mandado judicial, onde encontraram porções de maconha e LSD, documentos pessoais e veicular. Não havia ninguém em casa.

Assembleia Legislativa de Goiás

O projeto de lei nº 4439/24 foi colocado em votação, mas foi emendado por um deputado e, assim, será enviado para a CCJ, que analisará a emenda. A matéria altera a Lei nº 21.223, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a fixação do vencimento ou do subsídio de advogados de autarquias.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –17.04.2024 – PÁG. POLÍTICA

Em oposição ao STF, Senado aprova PEC das drogas

Aval da Casa à proposta que criminaliza porte ou posse de qualquer quantidade de entorpecentes é mais uma reação ao Supremo

Aline Brito / Ândrea Malcher

O Senado aprovou, nesta terça-feira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2023, que criminaliza porte e posse de qualquer quantidade de drogas. O texto recebeu 53 votos a favor e nove contra no primeiro turno de avaliação no plenário, e 52 a nove, no segundo — eram necessários ao menos 49 para que recebesse aval da Casa.

De autoria do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC segue agora para a Câmara. A proposta insere no artigo 5º da Constituição um inciso que estabelece como crime o porte e a posse





CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

de qualquer quantidade de drogas, o que já é previsto em lei ordinária de 2006. Apesar de configurar como crime, não há a previsão de pena de reclusão para usuários e não há parâmetros definidos para a diferenciação entre traficantes e usuários.

"A proposta de emenda à Constituição prevê a criminalização do porte e da posse de substâncias ilícitas entorpecentes, que são aquelas ditas pela administração pública como tais, e faz a ressalva da impossibilidade da privação da liberdade do porte para uso. Ou seja, o usuário não será jamais penalizado com encarceramento. Não há essa hipótese", frisou Pacheco.

O autor da proposta destacou, ainda, a ressalva prevista na PEC "sobre a determinação legal e a determinação regulamentar". "O uso medicinal, caso seja evoluído em qualquer substância entorpecente tida como ilícita, havendo determinação legal, havendo determinação regulamentar, na esfera de onde se deve discutir isso, que é na seara política do Poder Legislativo e do Poder Executivo, obviamente que isso será permitido", acrescentou. A alfinetada de Pacheco foi para o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem placar de 5 x 3 a favor da descriminalização da maconha para uso pessoal — a avaliação está suspensa por um pedido de vista.

"Sinuca de bico"

O governo decidiu liberar a bancada no Senado para votar, justificando ser uma questão de "consciência", como disse o líder Jaques Wagner (PT-BA). "Nos colocaram no que se chama uma sinuca de bico. A lei, nós já tínhamos votado em 2006, já dizia tudo que estamos colocando na PEC. Não vou ficar aqui fazendo julgamento do Supremo, porque não me cabe", comentou o senador. "Essa Casa precisa dar exemplo. Não vamos reduzir o debate a quem é a favor e contra. Aqui se trata de saber se aquilo que estamos votando terá eficácia e eficiência para o objetivo de todos nós. Seguramente, não será entupindo as cadeias do Brasil que nós vamos resolver", enfatizou Jaques no plenário. O relator da PEC, Efraim Filho (União-PB), disse que "o Senado dá uma demonstração de serenidade, de maturidade, um tema que foi conduzido se aprofundando".

"A decisão ficou clara, por entender que a sociedade brasileira não quer a descriminalização. As pesquisas de opinião pública demonstram que mais de 70% da sociedade é contrária à descriminalização das drogas e, também, o Estado brasileiro não está preparado para receber essa explosão da dependência química. As casas terapêuticas, os centros de reabilitação, as casas que cuidam da saúde mental já não suportam a demanda que existe hoje, imagina a que viria, fruto da descriminalização e do consequente aumento do consumo, o que é inegável", pontuou Efraim.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –17.04.2024– PÁG. BRASIL

Governo deve reservar R\$ 8 bilhões para reajustes dos servidores em 2025

Dos R\$ 39,9 bilhões a mais nos gastos com pessoal, cerca de R\$ 8 bilhões devem ir para o aumento prometido pelo governo

Rosana Hessel

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional na última segunda-feira, prevê aumento de R\$ 39,9 bilhões nos gastos com pessoal e encargos sociais, para R\$ 414,5 bilhões. E, desse montante, a reserva para os reajustes de servidores no próximo ano



está em torno de R\$ 8 bilhões, o que deverá representar uma correção linear de 4,5%, de acordo com fontes do governo.

A maior parte desses R\$ 39,9 bilhões, no entanto, está relacionada a gastos como crescimento vegetativo da folha e de contratações de novos aprovados nos concursos, especialmente o unificado, segundo as mesmas fontes. Nos grupos de trabalho de negociação com os servidores, o MGI vem defendendo a reestruturação das carreiras em vez de um reajuste linear.

Na próxima sexta-feira, por exemplo, a pasta deverá apresentar uma proposta nesse sentido para os técnicos-administrativos da Educação, que estão em greve. A categoria é uma das maiores da administração pública federal, com cerca de 200 mil trabalhadores, e a reestruturação das carreiras deverá consumir R\$ 1 bilhão dos R\$ 8 bilhões propostos para reajuste no ano que vem, segundo as mesmas fontes. No ano passado, o governo concedeu um reajuste linear de 9% aos servidores públicos e a pasta propôs outros dois aumentos de 4,5% em 2025 e em 2026, totalizando 18% de reajuste até o fim do mandato — acima da inflação projetada para o período, segundo dados do MGI.

Pelas estimativas de técnicos da pasta, neste ano, o impacto orçamentário do reajuste do ano passado somou R\$ 16 bilhões, e, portanto, no próximo ano, será destinada no Projeto de Lei Orçamentária A dívida pública bruta cresce mais nos próximos anos e só se estabiliza no começo da próxima década” Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) Anual (Ploa), em agosto, a metade desse valor para novo reajuste.

Gastos crescentes

O aumento das despesas com os servidores representa uma parcela do forte aumento de gastos previstos no PLDO de 2025, onde a equipe econômica reduziu de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero a meta de superavit primário de 2025 devido à piora das projeções do quadro fiscal. Conforme dados da matéria que foi enviada pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ontem, para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), as despesas primárias devem aumentar R\$ 163,4 bilhões no próximo ano, em relação à projeção da programação orçamentária de 2024, para R\$ 2,34 trilhões.

O senador Ângelo Coronel (PSD-BA) é o mais cotado para a relatoria do PLDO. Os gastos com pessoal e encargos são a segunda maior despesa obrigatória do Orçamento, representando 3,35% do PIB no próximo ano. Além de piorar as metas fiscais, a matéria prevê a continuidade do descompasso entre o aumento das receitas e das despesas. Pelas projeções da equipe econômica no PLDO do ano que vem, a receita líquida vai crescer 6,6%, para R\$ 2,319 trilhões.

Enquanto isso, as despesas primárias avançam 7,5%, para R\$ 2,348 trilhões. Esses dados ajudaram a piorar as projeções para o resultado primário das contas do governo central – que inclui o Tesouro Nacional, a Previdência e o Banco Central. Pelas estimativas da equipe econômica, o rombo fiscal projetado vai aumentar entre 2024 e 2025, passando de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 29,1 bilhões, na contramão da consolidação fiscal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, não participaram do anúncio do PLDO de 2025, na segunda-feira, deixando a missão para técnicos das respectivas pastas para detalhar a mudança na meta fiscal em poucos meses de vigência.

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Alexandre Andrade, contou que ainda está analisando os dados do PLDO, mas reconheceu que os parâmetros macroeconômicos, como a projeção do PIB, são “um pouco otimistas” comparando com as estimativas do mercado, no boletim Focus do Banco Central e com a última atualização da IFI.

“Mesmo com a revisão das metas anunciada no PLDO, parecem otimistas. Zerar o resultado primário em 2025 não será uma tarefa fácil, tendo em vista os riscos associados à materialização de algumas receitas previstas nas medidas no Orçamento de 2024 e na Medida Provisória nº 1.202 (da reoneração da folha)”, alertou. Ao contrário do governo, que afirma que a estabilização da dívida pública ocorrerá “em breve”, Andrade fez um alerta de que, no cenário da IFI, “a dívida pública bruta cresce mais nos próximos anos e só se estabiliza no começo da próxima década”.

Vale lembrar ainda que a maior despesa obrigatória, os gastos com a Previdência Social, devem saltar R\$ 66,7 bilhões, para R\$ 980,9 bilhões, ou 7,92% do PIB, conforme os dados do PLDO. Pouco mais da metade desse valor, quase R\$ 35 bilhões, é resultado do impacto do reajuste do salário mínimo no ano que vem, para R\$ 1.502.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –17.04.2024– PÁG. OPINIÃO

Brasília 64 anos, sonhando com o centenário em 2060

Brasília exige, agora, um olhar mais abrangente sobre seu espaço urbano e sobre o seu futuro. Depois que JK construiu Brasília em apenas três anos, ou 1.119 dias, deveria ser proibido pensar pequeno

José Roberto Arruda

Eu cheguei a Brasília em 1975, quando a cidade tinha apenas 15 anos. Ela era uma adolescente, jovem e bonita. Deixava-se descobrir pelos brasileiros e pelo mundo, perplexos com a reinvenção do conceito de cidade e com a arquitetura moderna que tinha aqui o seu berço. E mais: com a miscigenação que dava forma ao encontro das nossas diversidades culturais e com uma nova formação do povo brasileiro.

Brasília tinha então 900 mil habitantes. Estava ainda na placenta de sua história. E já se apresentava para ser o polo principal da interiorização do nosso desenvolvimento.

Tive o privilégio de morar em casa de madeira na Vila Planalto, de conhecer o presidente Juscelino Kubitschek e de ser amigo de muitos pioneiros, como Ernesto Silva, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Carlos Murilo, Ildeu de Oliveira, Dona Sarah, Affonso Heliodoro, Marcia Kubitschek, Ari Cunha e Edilson Cid Varela. Também de alguns que ainda





CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

convivem conosco, como Osório Adriano, Gilberto Salomão, Hely Valter Couto e do ex-presidente José Sarney.

Como engenheiro, tive a grande oportunidade de trabalhar na conclusão do Teatro Nacional, do Centro de Convenções, do Hran, construir o Hospital de Ceilândia e o Hospital de Apoio. Mais tarde, de construir o metrô, o Noroeste, o Mangueiral e Águas Claras. Todas essas vivências foram se incorporando na defesa que sempre faço da cidade e no meu amor por Brasília.

Hoje, Brasília, aos 64 anos, é uma jovem senhora, bela ainda, mas já apresenta algumas dores e fragilidades próprias da idade. Isso me faz lembrar uma carta que recebi, em 2007, do arquiteto Oscar Niemeyer, quando eu era governador. Ele me dizia: "O problema principal que enfrentamos em Brasília é lutar para que essa capital não continue tão dividida em duas: de um lado, os mais afortunados, e, do outro, 3 milhões de brasileiros abandonados".

Niemeyer lembrava, ainda, de um artigo que tinha escrito para o Correio Braziliense em que defendia a abertura de grandes avenidas e a construção de prédios com uma boa arquitetura para o desenvolvimento sociocultural de todas as regiões do DF. Foi daí que surgiu a ideia do Centro Administrativo que está pronto, mas ainda não ocupado, e, certamente, exercerá também essa função de inverter o fluxo de pessoas e valorizar o centro de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia.

A nossa realidade atual é que Brasília tem 3,7 milhões de pessoas, é a terceira maior cidade brasileira. A salvação de Brasília está, hoje, nas cidades-dormitórios de seu entorno, onde vivem outros 2 milhões de pessoas que são dependentes do nosso transporte e dos nossos serviços públicos, principalmente os de saúde. Brasília exige, agora, um olhar mais abrangente sobre seu espaço urbano e sobre o seu futuro. Primeiro, é preciso tirar do papel as novas linhas de metrô, para Gama, Santa Maria, Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia. Não na linha férrea existente, que tem um traçado curvo, bitola de um metro imprópria para transporte rápido eletrificado que leva nada a lugar nenhum.

Falo de um VLT pelo canteiro central da BR 040 que, realmente, resolva o transporte coletivo para a saída sul. Há que se construir também as linhas do Recanto das Emas e Riacho Fundo. Também, do Sol Nascente e, importante, a saída norte. São investimentos fundamentais que dariam condições de um crescimento mais organizado da capital.

Uma outra questão para preservar a área tombada tal como foi concebida é proibir as ocupações desordenadas de grileiros que comprometem o nosso planejamento urbano. Em paralelo, há que se ampliar o esforço de urbanização das áreas carentes e fazê-lo com planejamento, com largas avenidas, possibilidades de áreas lindeiras adequadas para o crescimento vertical. É o caso da Interbairros, um projeto do Jaime Lerner que deixei pronto e que ligaria Samambaia, Taguatinga Sul, Arniqueiras e Águas Claras até o Guará e o Plano Piloto, exatamente onde hoje tem a linha de Furnas. Para isso, a linha deve ser rebaixada e construída subterrânea.

Existem outros grandes desafios, como preparar a cidade para ser um polo de alta tecnologia, fomentar o turismo cívico, voltar com as escolas de educação integral e, como queria Niemeyer, dar mais qualidade de vida às áreas periféricas, para acabar com essa dicotomia entre a cidade nova e moderna e as áreas em que se repetem os erros das outras grandes cidades brasileiras.

Depois que JK construiu Brasília em apenas três anos, ou 1.119 dias, deveria ser proibido pensar pequeno. Nossa cidade foi o símbolo da reinvenção do Brasil. Certamente, outras pessoas que fazem parte da nossa história e trabalham por Brasília podem incorporar novas ideias para que possamos sonhar com o aniversário de 100 anos de Brasília, em 2060. Sempre sonhando com uma cidade organizada, toda cortada por linhas de metrô, rígida no uso e na ocupação do solo, com empregos inteligentes, cumprindo não apenas a sua missão de capital do país e de polo de interiorização de desenvolvimento, mas também de uma cidade exemplar na qualidade de vida de seus habitantes e nas políticas públicas urbanas. Que Brasília seja exemplo para as outras cidades brasileiras. É pensando no nosso futuro e, de certa forma, provocando as gerações mais jovens, que registro aqui o meu parabéns, Brasília!

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 17.04.2024 – PÁG. A11

Demissão de primo de Lira faz crescer atrito com o governo

Presidente da Câmara reagiu ao pautar urgência para dois projetos da bancada ruralista que penalizam invasões de terra

Raphael Di Cunto / Marcelo Ribeiro



A demissão de seu primo da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas contrariou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e elevou o número de atritos com o governo Lula (PT). Lira já negociava uma substituição, mas dois pontos causaram incômodo: a forma como a demissão ocorreu, publicada no “Diário Oficial da União” sem uma reunião prévia; e o momento, dias após ele criticar publicamente o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o que causou ruídos no mundo político de que seria uma retaliação do Executivo.

Horas depois, Lira pautou e a Câmara aprovou, por 293 votos a 111, requerimento de urgência para projeto da bancada ruralista que visa a evitar as invasões realizadas pelos movimentos da reforma agrária. O texto impede que os invasores possam receber auxílio do governo ou participar de programas sociais federais (como o próprio programa da reforma agrária). A proposta contou com apoio dos partidos de centro-direita da base aliada do governo, mas o governo, em si, protestou contra a votação.

A demissão de César Lira foi publicada na manhã de ontem no “Diário Oficial da União”. Ele ocupava o cargo há três anos, desde o governo Bolsonaro (PL), e movimentos sociais como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) pressionavam para que fosse trocado com a acusação de ser um “bolsonarista infiltrado”, crítica com a qual Lira não concorda. Teixeira tinha prometido aos movimentos que a substituição ocorreria em abril, quando César Lira planejava sair para concorrer a prefeito de Maragogi



CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

(AL), cidade hoje comandada por outro primo do presidente da Câmara. O grupo político escolheu outro candidato e César tinha ficado no cargo, embora ainda exista a possibilidade de ele concorrer a vereador pelo PP.

Os movimentos sociais, então, mandaram uma carta ao governo ameaçando invadir a unidade do Incra em Alagoas em protesto se a troca não ocorresse até essa segunda-feira. Teixeira avisou Lira no domingo e tentou marcar uma reunião em Brasília na segunda-feira, mas o presidente da Câmara só chegou à meia-noite e o encontro não ocorreu. O ministro assinou a demissão na segunda-feira e o ato foi publicado. O presidente da Câmara disse a interlocutores que, de fato, negociava a substituição, mas que não foi avisado diretamente da demissão, não concordava com a substituição com base em “ameaça” dos movimentos e que sequer teve tempo de falar com o primo - que, na conversa, poderia sair “a pedido” e não demitido, como consta do “Diário Oficial”.

Segundo fontes, Lira tinha convocado organizações de produtores rurais e cooperativas de Alagoas para reunião nesta terça-feira em Brasília para discutir um nome “ponderado”, que não tivesse a pecha de bolsonarista, mas também não fosse favorável às invasões de terra. O governo indicou que o presidente da Câmara poderá escolher o novo superintendente do Incra, mas isso ainda não está certo. Do lado de Lira, inclusive, fontes relatam que a insatisfação foi tão grande com o modo que a saída ocorreu que ele avaliaria não aceitar mais o cargo, numa escalada maior de insatisfação com o governo Lula (PT).

César foi demitido quatro dias depois de Lira atacar publicamente o ministro Alexandre Padilha, a quem ele chamou de “desafeto pessoal” e “incompetente”. Padilha é o responsável pela interlocução com o Congresso e pela negociação de cargos com os parlamentares. O momento da troca fez suscitar ruídos de que a demissão ocorreu como “retaliação” de Padilha, o que Teixeira negou peremptoriamente ao Valor. “Isso foi decisão minha, não foi discutida com a área política do governo, foi decisão minha”, disse o ministro.

Segundo Teixeira, a substituição foi necessária por causa da “extrema animosidade” de César com os movimentos da região. “Essa decisão, de forma nenhuma, desrespeita o presidente Arthur. O tempo político [da decisão] foi meu porque o nível de hostilidade do César com os movimentos estava crescendo a um nível inadmissível”, afirmou. Lira e Teixeira se encontraram na manhã desta terça-feira para conversar sobre a demissão e tentar diminuir a temperatura. Em outro aceno à oposição, contudo, ele indicou em reunião com os líderes dos partidos no almoço que instalará nos próximos dias comissões parlamentares de inquérito (CPIs) já protocoladas.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 17.04.2024 – PÁG. E1

Carf impede aplicação de duas multas por falta de pagamento de IRPJ e CSLL

Para 1ª Turma da Câmara Superior, deve ser aplicada apenas a multa de ofício, de 75%

Adriana Aguiar

A 1ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) alterou novamente seu entendimento e manteve, em recente decisão, apenas uma das duas multas normalmente aplicadas pela Receita Federal contra empresas por falta de pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. A decisão, por

maioria de votos, trouxe esperança de que a última instância do órgão volte a adotar - e consolide - posicionamento favorável aos contribuintes.

A Receita Federal aplica a dupla penalidade com base na Lei nº 11.488, de 2007. A norma permite a cobrança da multa isolada sobre estimativas mensais não recolhidas e da multa de ofício por falta de pagamento do IRPJ e da CSLL apurados no ajuste anual. Há, porém, uma súmula do Carf, de nº 105, posterior à lei, que estabelece que, nessa situação, vale apenas a multa de ofício.



Os contribuintes alegam que não se pode aplicar duas penalidades para o mesmo fato gerador. Apesar da empresa recolher os impostos por estimativa, argumentam, o fato gerador do IRPJ e da CSLL é o dia 31 de dezembro de cada ano. Para eles, se a Receita aplica a pena maior para a infração maior, essa é que deve prevalecer - a multa de ofício, de 75%.

A diferença de entendimentos traz um impacto financeiro enorme. Somadas, as multas geram acréscimo de 125% sobre o valor devido - além dos 75% da multa de ofício, 50% da multa isolada. A decisão recente da 1ª Turma da Câmara Superior beneficia uma empresa do setor de energia. O relator, conselheiro Luis Henrique Marotti Toselli, representante do contribuinte, destaca, em seu voto, que “não se pode perder de vista que as estimativas são meras antecipações do tributo devido, não figurando, portanto, como tributos autônomos”.

De acordo com ele, não se nega que o não recolhimento das estimativas e o não recolhimento dos tributos efetivamente devidos são infrações distintas, como foi reconhecido pela Lei nº 11.488/2007. “Todavia, e este é o ponto central para a discussão, quando ambas as obrigações não foram cumpridas pelo contribuinte, o princípio da absorção ou consunção impõe que a infração pelo inadimplemento do tributo devido prevaleça, afinal o dever de antecipar o pagamento por meio de estimativas configura etapa preparatória para o dever de recolher o tributo efetivamente devido, este sim o bem jurídico tutelado pela norma.”

Assim, o conselheiro conclui que a alteração legislativa mencionada não possui qualquer efeito sobre a aplicação da Súmula nº 105 para fatos geradores posteriores a 2007. “Admitir o contrário permitiria punir o contribuinte em duplicidade, em clara afronta aos princípios da consunção, estrita legalidade e proporcionalidade” (processo nº nº 10510.724763/2011-12).

Ele cita, em seu voto, julgamentos no mesmo sentido do STJ (REsp 1496354 e REsp 1567289) e da 1ª Turma da Câmara Superior, de setembro de 2020, com aplicação do voto de desempate favorável ao contribuinte (artigo 19-E da Lei nº 10.522/2002). Ele foi acompanhado pela maioria dos conselheiros. Daniel Lamarca, do BMA Advogados, que assessora a empresa de energia, explica que colaborou para a decisão a reversão do entendimento do conselheiro Guilherme Mendes, representante da Fazenda, que passou a votar a favor do contribuinte. Assim, conselheiros entenderam que a Súmula 105 poderia ser aplicada para casos posteriores a 2007. “O que prevaleceu na Câmara Superior é que deve apenas prevalecer a multa pelo aditamento do tributo”, diz.



CLIPPING

DATA
17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A decisão representa uma nova guinada no posicionamento da 1ª Turma da Câmara Superior. Em 2023, no julgamento de um caso de uma empresa do setor de construção, ficou decidido, por maioria, que poderiam ser aplicadas as duas multas concomitantemente. Em seu voto, o conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado, representante da Fazenda, afirma que “inexiste qualquer conflito legal para aplicação da multa de ofício pela falta de recolhimento do tributo em conjunto com a multa isolada pela falta de recolhimento de estimativas.”

De acordo com o conselheiro, a Lei nº 11.488/2007 “prevê expressamente aplicação da penalidade isolada no caso do descumprimento da obrigação de recolher o tributo estimado mensalmente, mesmo se apurado prejuízo ao final do exercício. Entendeu o legislador que tal infração (falta de recolhimento da estimativa) não deve ser ignorada.”

Antes de 2023, contudo, havia entendimento consolidado na 1ª Turma contra a aplicação das duas multas. Além do impacto financeiro, essa oscilação, segundo especialistas, traz insegurança para as empresas, que algumas vezes ganham a discussão e outras não, mesmo tendo seus casos julgados no mesmo colegiado. Caio Quintella, ex-conselheiro da Câmara Superior e sócio da Nader Quintella Advogados, afirma que diversos fatores que explicam essa oscilação. Um deles, é que o conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, representante da Fazenda, tem uma tese diferente sobre o tema e, por isso, vota algumas vezes a favor da Fazenda e em outras vezes a favor do contribuinte.

Para o julgador, a base de cálculo final do IRPJ e CSLL em 31 de dezembro representaria um limite. Nos casos em que esse limite foi respeitado nas estimativas mensais, ele vota a favor dos contribuintes. Caso contrário, vota com a Fazenda. Além disso, diz Quintella, houve a saída do conselheiro Gustavo Fonseca, que era representante dos contribuintes, mas nessa discussão votava com a Fazenda e não aplicava a Súmula nº 105.

Ainda houve mudança na aplicação dos critérios de desempate no Carf, que também podem influenciar no resultado final. Antes o empate era favorável ao contribuinte. Agora, com a Lei nº 14.689/2023, é a favor da Fazenda. Contudo, nesses casos caem automaticamente a aplicação das multas. Para Quintella, decisões divergentes fazem parte de um cenário natural e esperado de uma Corte administrativa, “onde existe tanta rotatividade e discricionariedade da presidência em relação aos membros da Câmara Superior”. Contudo, diz, “o saldo ainda é positivo, pois os julgamentos são muito técnicos”.

União quer recuperar R\$ 12 bi com transações

PGFN pretende lançar neste primeiro semestre quatro editais com temas em discussão nas esferas administrativa e judicial

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende lançar ainda neste primeiro semestre quatro editais de transação tributária de temas em discussão nas esferas administrativa e judicial. A estimativa é de recuperar neste ano, por meio de acordos envolvendo teses tributárias com o órgão e a Receita Federal, pelo menos R\$ 12 bilhões.

Os editais de transação previstos tratam da tese de afretamento (espécie de aluguel) de plataformas de petróleo, da tributação de subvenções, cobranças de PIS e Cofins (referentes ao conceito de insumo para aproveitamento de crédito fiscal e de inclusão do ISS e do PIS e da Cofins na sua própria base) e de desmutualização da bolsa de valores. Não há estimativa geral de quanto poderia ser recuperado só com esses editais.



O edital de transação da tese sobre afretamento pode ser publicado em breve, ainda nesta semana ou na próxima. A informação foi dada ontem pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, durante apresentação do relatório “PGFN em Números”.

A tese de afretamento é uma das principais para a Petrobras no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A adesão da companhia poderia colocar fim em uma disputa que envolve processos que somam R\$ 55,234 bilhões e, ao mesmo tempo, ajudar o governo na missão de zerar o déficit primário neste ano. Outras empresas do setor também discutem a questão. A minuta de edital foi colocada em consulta pública pela PGFN e pela Receita Federal e recebeu contribuições até sexta-feira passada. Alguns “grandes players” fizeram sugestões, segundo a procuradora. O edital, acrescentou, deve ser publicado antes do que tratará de subvenções. “Está prontíssimo. Já foi realizada a consulta pública. Tivemos algumas sugestões e deve sair rápido.”

Foram apresentadas sugestões sobre percentuais de desconto, de uso de prejuízo fiscal e número de meses para o parcelamento - que poderá ser maior em relação aos já abertos. De acordo com a procuradora, a Petrobras não fez nenhum contato sobre a intenção de aderir ou não a essa transação. O Valor noticiou no início do mês que, segundo fontes, haveria um acordo do governo com a atual diretoria da Petrobras para que venha aderir à transação, na opção de pagamento que oferecerá desconto de 60% sobre o valor total do débito. O restante deveria ser pago com entrada de, no mínimo 30%, e o saldo remanescente, em até seis parcelas mensais.

A PGFN estima recuperar R\$ 24 bilhões de valores inscritos na dívida ativa da União com transações e mais cerca de R\$ 22 bilhões com outras medidas de cobrança. No primeiro trimestre já ingressaram no caixa do Tesouro R\$ 5,4 bilhões referentes a valores de transações fechadas e pagos nesse período. Em 2023 foram recuperados R\$ 48,3 bilhões - R\$ 20,7 bilhões originados de transações tributárias (negociações de valores já inscritos em dívida ativa) e o restante das demais formas de cobrança. O valor entra direto no caixa do Tesouro.

Já por meio de julgamentos tributários no Judiciário, em 2023, foram evitadas perdas de R\$ 195,6 bilhões. Na esfera administrativa - que se encerra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) -, foram R\$ 109 bilhões. A Fazenda Nacional, de acordo com a PGFN, saiu vitoriosa em todos os processos tributários julgados como repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) - que devem ser seguidos pelas instâncias inferiores.

O valor referente ao Judiciário é uma estimativa, que leva em consideração o valor de cinco anos anteriores que teriam que ser devolvidos em caso de derrota e mais o ano seguinte. Já para o contencioso administrativo são considerados os valores das autuações fiscais. Apesar das vitórias e da recuperação de valores por meio de transações tributárias, a dívida ativa da União atingiu, em 2023, R\$ 2,9 trilhões - dos quais R\$ 931 bilhões estão em situação regular e R\$ 2,1 trilhões estão em cobrança. Esse valor é referente a mais de 24,7 milhões de inscrições, de titularidade de 10,2 milhões de devedores. A dívida ativa do FGTS somou R\$ 50,4 bilhões em cobrança, por meio de 462 mil inscrições. Existem cerca de 226 mil devedores em todo o país.

Destaque

Saúde mental

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) declarou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 9.019/23, de Marília, que institui, nas escolas municipais, um programa voltado para saúde mental de alunos e professores, com ações continuadas de promoção e prevenção. A decisão foi unânime. Conforme consta na decisão, a Prefeitura ajuizou ação direta de inconstitucionalidade alegando invasão de competência por parte do Poder Legislativo.



Entretanto, o relator do caso, desembargador Vianna Cotrim, escreveu em seu voto que o assunto não se enquadra entre aqueles de competência exclusiva do Executivo no rol taxativo previsto na Constituição Estadual, tratando-se de “norma abstrata e genérica de inegável relevância, mormente diante do importante papel das escolas no desenvolvimento psíquico do indivíduo, contribuindo para a construção de habilidades sociais, de empatia e autocontrole”. E acrescentou: “Não se vislumbra qualquer ingerência na esfera privativa do Poder Executivo, constituindo a norma hostilizada importante instrumento de concretização do direito fundamental à saúde” (processo nº 2306096-21.2023.8.26.0000).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO –17.04.2024– PÁG. E2

O Direito Contratual na revisão do Código Civil

As garantias contratuais são uma preocupação do anteprojeto, havendo um importante aperfeiçoamento do regime das garantias reais

Carlos Eduardo Pianovski

No segundo semestre de 2023, o presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), constituiu comissão de juristas, presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a elaboração de anteprojeto de revisão e atualização do Código Civil.

Aos 20 anos de sua vigência, o Código Civil de 2002, advindo de projeto de lei do ano de 1975, demanda uma reforma que assegure a efetividade de sua força normativa, diante de uma sociedade veloz, dúctil e digital.



Após meses de intenso trabalho, com amplos debates, inclusive em audiências públicas, a comissão de juristas, no último dia 4 de abril, concluiu a redação do anteprojeto, a ser apresentado ao presidente do Senado. A proposta, que pretende modificar cerca de mil artigos do Código Civil, busca atender às demandas da contemporaneidade. O anteprojeto é atento à necessidade de promover a livre iniciativa e a eficiência das relações de mercado, com respeito aos investimentos, à liberdade dos

contratantes e à segurança jurídica.

A disciplina dos contratos, na proposta legislativa, foi guiada pelos vetores da liberdade econômica, da confiança legítima e da atenção à dimensão funcional dos diferentes tipos contratuais, além do aperfeiçoamento de regras sobre formação de contratos, inclusive digitais, extinção dos contratos em suas diferentes modalidades, e obrigações de garantia.

Para essa finalidade, a comissão levou em consideração a jurisprudência consolidada no STJ, além de experiências legislativas estrangeiras exitosas, do que são exemplos as reformas do Direito das Obrigações na Alemanha e na França, o recente Código Civil argentino, além de princípios consagrados nos contratos comerciais internacionais (Unidroit). No anteprojeto de revisão do Código Civil, são preservados e aprofundados os princípios da intervenção mínima e da excepcionalidade da revisão contratual nos contratos paritários.

Sem prejuízo da necessária unidade sistemática da teoria das obrigações e dos contratos, o projeto prevê normas que diferenciam as funções dos diversos tipos contratuais, determinando, por exemplo, que o tratamento legal de contratos empresariais, civis, de consumo e de trabalho deve levar em consideração suas peculiaridades. No âmbito dos contratos empresariais, de modo especial, prestigia-se a força obrigatória necessária às cadeias produtivas. As relações de consumo, a seu turno, permanecem regidas pelo Código de Defesa do Consumidor, que não é modificado pela reforma do Código Civil.

Aplicam-se aos contratos empresariais os princípios próprios do Direito de Empresa, além de se levar em consideração a sua natural atipicidade. O anteprojeto prevê também a possibilidade do emprego, no silêncio do contrato, de usos e costumes empresariais, considerando-se cada ramo específico de atividade, além de reconhecer a especial forma de aplicação da boa-fé a essas relações contratuais, em atenção à confiança legítima reciprocamente despertada entre os agentes econômicos.

A ampliação da autonomia privada em contratos paritários e simétricos, em atenção à livre iniciativa e, de modo mais amplo, à liberdade econômica, é um dos vetores da proposta apresentada pela subcomissão, bem



CLIPPING

DATA

17.04.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

como a preservação da confiança nas relações contratuais, por meio da boa-fé. Nessa linha, a proposta estabelece, mesmo nas excepcionais hipóteses de revisão dos contratos, a garantia da preservação da alocação de riscos definida pelos próprios contratantes, em prestígio à autonomia privada e ao cumprimento dos contratos. Traz, ainda, expressamente, mecanismo de incentivo às soluções consensuais, nas hipóteses de alterações posteriores das circunstâncias no âmbito dos contratos de longa duração, por meio da previsão, à escolha dos contratantes, da cláusula de “hardship”, verdadeiro mecanismo de preservação da autonomia privada e incentivo às negociações entre as partes.

Entre os exemplos de ampliação da autonomia privada estão o afastamento da intervenção judicial quanto ao valor da cláusula penal, prevalecendo o contratado, bem como, a possibilidade de cláusulas de exclusão e limitação do dever de indenizar, em ambos os casos, desde que em contratos paritários e simétricos. Ampliam-se as escolhas do adquirente de bens no âmbito da garantia por vícios ocultos, permitindo-se, além da extinção do contrato e do abatimento do preço, a realização de reparos na coisa viciada.

Nas diferentes espécies contratuais, além da modernização da sua disciplina, há a ampliação da autonomia privada em contratos de seguro paritários e simétricos, especialmente aqueles referentes a grandes riscos, sempre preservada a aplicação das normas protetivas do CDC quando se tratar de relação de consumo. A segurança jurídica, em benefício do credor, também tem incremento por meio da expressa adoção da figura da quebra (resolução) antecipada do contrato, quando “antes de a obrigação tornar-se exigível, houver evidentes elementos indicativos da impossibilidade”, e do aperfeiçoamento da exceção de insegurança (quando a garantia patrimonial do devedor se tornar insuficiente para o pagamento da dívida).

As garantias contratuais são também uma preocupação do anteprojeto, havendo um importante aperfeiçoamento do regime das garantias reais, o que vem em reforço da efetividade da obrigatoriedade dos contratos e da segurança jurídica. Apresenta-se, pois, à sociedade e ao Congresso Nacional, um anteprojeto coerente com as necessidades de seu tempo, que, espera-se, possa servir como instrumento útil à liberdade e ao desenvolvimento econômico.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 17 de abril – Dia Mundial da Hemofilia

Hemofilia é uma doença genético-hereditária que se caracteriza por desordem no mecanismo de coagulação do sangue e manifesta-se quase exclusivamente no sexo masculino. A mutação que causa a hemofilia localiza-se no cromossoma X. Em geral, as mulheres não desenvolvem a doença, mas são portadoras do defeito.

Existem dois tipos de hemofilia: a hemofilia A, que ocorre por deficiência do fator VIII de coagulação do sangue e a hemofilia B, por deficiência do fator IX. A doença pode ser classificada, ainda, segundo a quantidade do fator deficitário, em três categorias: grave (fator menor do que 1%), moderada (de 1% a 5%) e leve, acima de 5%. Neste caso, às vezes, a enfermidade passa despercebida até a idade adulta.

Sintomas:

Nos quadros graves e moderados, os sangramentos repetem-se espontaneamente. Em geral, são hemorragias intramusculares e intra-articulares que, primeiro, desgastam as cartilagens e depois provocam lesões ósseas. Os principais sintomas são dor forte, aumento da temperatura e restrição de movimento. As articulações mais comprometidas costumam ser joelhos, tornozelos e cotovelos.

Os episódios de sangramento podem ocorrer logo no primeiro ano de vida do paciente sob a forma de equimoses (manchas roxas), que se tornam mais evidentes quando a criança começa a andar e a cair. No entanto, quando acometem a musculatura das costas, não costumam exteriorizar-se. Nos quadros leves, o sangramento ocorre em situações como cirurgias, extração de dentes e traumas.

Tratamento:

O tratamento da hemofilia consiste, basicamente, na reposição do fator anti-hemofílico. Paciente com hemofilia A recebe a molécula do fator VIII, e com hemofilia B, a molécula do fator IX. Os hemocentros distribuem gratuitamente essa medicação que é fornecida pelo Ministério da Saúde.

Quanto mais precoce for o início do tratamento, menores serão as sequelas deixadas pelos sangramentos. O paciente e seus cuidadores devem ser treinados para fazer a aplicação do fator em casa.

Recomendações:

- os pais devem procurar assistência médica se o filho apresentar sangramentos frequentes e desproporcionais ao tamanho do trauma;
- manchas roxas que aparecem no bebê, quando bate nas grades do berço, podem ser um sinal de alerta para diagnóstico da hemofilia;
- os pais precisam ser orientados para saber como lidar com o filho hemofílico e devem estimular a criança a crescer normalmente;
- a prática regular de exercícios que fortaleçam a musculatura é fundamental para os hemofílicos. No entanto, esportes como judô, rúgbi e futebol são desaconselhados;
- episódios de sangramento devem receber tratamento o mais depressa possível para evitar as sequelas musculares e articulares. Para tanto, o paciente deve procurar atendimento em centros de referências em hemofilia para conhecer e receber a terapia mais indicada para cada caso.

